RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES – RAI

2011









Mensagem do Presidente 3
A Entidade Fechada de Previdência Complementar e o OABPrev 5
Composição dos Órgãos Estatutários da Entidade 6
Posse de novos membros dos Conselhos e Diretoria $ {f 7} $
Certificação de Dirigentes 8
Certificação ISO 9001:2008 8
Canais e Estatísticas de Atendimento 9
Pesquisa de Satisfação 10
Educação Financeira e Previdenciária 11
OABPrev em números 12
Investimentos: Evolução das reservas e rentabilidade 12
Massa de Participantes 13
Alterações do Estatuto e Regulamento do PBPA 15
Taxas de Carregamento e Administrativa 15
Cenário Econômico e Financeiro 16
Demonstrativo de Investimentos – 2011 17
Política de Investimento para 2012 19
Gestão Contábil 20
Pareceres 30

Equipe responsável pela elaboração deste relatório e pela condução da Entidade, diariamente:

Gerência Técnica e Administrativa:

Isabela Carvalho Duarte

Seguridade:

Daniela Regis de Almeida Larissa Elisa Moura Gomes Milene Cristina Colansky Reis

Investimentos:

Luciane Lima de Oliveira

Contabilidade e Financeiro: **Jonathan Anderson Jorge Laila Ribeiro**

Administrativo:

Luciana de Oliveira Guedes



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O OABPrev-MG, em 2011, avançou de forma decisiva na execução de sua estratégia de longo prazo, consolidando-se como um dos poucos fundos de previdência complementar certificado pelo ISO 9001:2008, na capacitação de seus dirigentes e principalmente, no aperfeiçoamento técnico de sua equipe de colaboradores e controles internos. Tudo isso focada nos resultados de longo prazo e sua sustentabilidade. Com tais procedimentos, a Entidade, demonstra estar permanentemente centrada no interesse de seus Participantes e Assistidos, reconhecendo a importância de agregar valor e qualidade aos seus serviços e fazendo disso uma prática permanente no desenvolvimento da mesma.

Além do fortalecimento da nossa marca, OAB-Prev, no ultimo exercício (2011), buscamos múltiplas maneiras de fazer negócios em ambiente seguro, guiando-nos por princípios de prudência, bem como com respeito às normas legais e regulamentares, sempre com base em critérios de risco/retorno. Avaliamos, permanentemente, prioridades, políticas, normas, procedimentos, estatuto e regulamento para prestar o melhor serviço aos Participantes e Assistidos. Aperfeiçoamos os processos de trabalho, de comunicação e de atendimento, promovendo a melhoria contínua do relacionamento com nossos Participantes.

De nossos prestadores de serviços e parceiros exigimos melhoria de procedimentos e aperfeiço-amento na qualidade na prestação de serviços. Na área de investimentos, tivemos mudança de gestor e da consultoria de investimentos, este ultimo no inicio de 2012. Tudo isso, para garantir melhores resultados e analises isentas, com maior acompanhamento, gerando mais transparência, liquidez e rentabilidade aos nossos Participantes.

Seguindo nossa estratégia de melhoria de nossos processos, mantivemos a certificação ISO 9001:2008 e certificamos através do ICSS, toda nossa Diretoria. Os Presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, também são certificados. A Entidade nos próximos dois anos certificará mais Conselheiros e colaboradores. Isso traduz a nossa preocupação em prestar aos nossos participantes um serviço de qualidade e garantir a todos um futuro, cada vez mais, tranquilo e sem preocupações.

Para certificar a transparência, profissionalismo e o empenho dos Diretores, Conselheiros e Colaboradores, no ano de 2011 o OABPrev passou por auditorias internas, externas e da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. O resultado dessas auditorias, internas e externas, bem como a auditoria atuarial, não poderia ser me-



lhor: todos os pareceres foram favoráveis e sem ressalvas, confirmando a administração sólida, segura, profissional, competente, dedicada e profícua que o OABPrev possui.

Nosso Projeto de Educação Financeira e Previdenciária continuou ativo, sendo, mais uma vez, nosso OABPrev pioneiro, com a renovação do mesmo junto aos órgãos competentes, o que significa menores custos e aprimoramento de nossa massa de Participantes. Um dos primeiros fundos a ter o programa de Educação Financeira e Previdenciária aprovado pela PREVIC, o OABPrev possui um canal exclusivo no site www.oabprev.com.br, que apresenta dicas de planejamento orçamentário e disponibiliza as informações e matérias mais importantes sobre Previdência Complementar. Como parte desse projeto, realizamos palestras em vários Estados para apresentar aos advogados os benefícios do OABPrev e, ainda, auxiliá-los na manutenção de suas finanças através da cultura previdenciária. Nossas metas para 2012 são desafiadoras e temos a certeza de que com o apoio e confiança de nossos Instituidores, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, dos Participantes e Assistidos e do corpo técnico da Entidade, cresceremos ainda mais em 2012, mantendo-se como referência de gestão e administração, sem dependências externas.

Para o exercício de 2012 é esperado um olhar redobrado sobre a crise externa sem que se perca a oportunidade de crescimento, em nossa massa (Participantes), rentabilidade e reserva matemática, com criatividade, ousadia, profissionalismo e respeito às normas legais. Nossos números não deixam dúvidas da nossa solidez, pois continuaremos, certamente, a não medir esforços para trazer mais tranquilidade, sustentabilidade, transparência e confiança ao Plano de Benefícios dos Advogados.

Por fim, agradecemos aos nossos Participantes e Assistidos pela confiança e sugestões, aos nossos Conselheiros Deliberativo e Fiscal, pela importante e relevante contribuição, por nossos colaboradores

externos, a troca de experiência e aperfeiçoamento técnico e aos nossos colaboradores internos, estes, sem duvidas, pelo comprometimento com tão importante causa que é o desenvolvimento e crescimento de nossa entidade, com carinho e felicidade.



oberto Dias Perecini Presidente



A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E O OABPrev

As entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominados instituidores.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA, administrado pelo OABPrev – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais, é um plano instituído que foi criado em 23 de novembro de 2004, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001 e normas

subsequentes, conforme publicação no Diário Oficial da União – DOU, pela Portaria 147 de 19 de novembro de 2004.

Atualmente, os Participantes e Assistidos associados ao plano estão vinculados às Instituidoras (OAB's e/ou CAA's) dos seguintes Estados: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia e Roraima, bem como SINTAPPI-MG e Ordem dos Músicos – CRMG.

Com uma estrutura profissional, competente, transparente e adequada aos princípios mais rígidos de governança corporativa, o OABPrev acumula excelentes resultados nos últimos anos, sempre fundamentados nos melhores princípios do conservadorismo, liquidez, transparência e solvência.



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA ENTIDADE

Conselho Fiscal – responsável pela fiscalização interna da Entidade e por examinar as suas demonstrações financeiras, livros e contas, entre outras atribuições.
 O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da Entidade, cabendo-lhe emitir pareceres acerca da gestão administrativa e econômico-financeira e será composto por 06 (seis) membros efetivos com respectivos suplentes, indicados pelos Instituidores ou eleitos pelos Participantes e Assistidos, conforme previsto no Art. 42 do Estatuto:

Geraldo da Silva Vieira (Presidente) **Vander Lima Fernandes** – Suplente

Antônio Luiz Nunes Salgado Flavio Nunes Cassemiro - Suplente

Fernando Barcelos Ferreira Adriano Cardoso da Silva - Suplente

Fernando Tadeu da Silva Quadros Fabiano Ribeiro Caires - Suplente

Ivone Paula de Oliveira
Edgard Mario de Medeiros Junior - Suplente

Onofre de Oliveira

Conselho Deliberativo – responsável pelas diretrizes da Entidade e pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefício, política de investimentos e, entre outras atribuições conforme previsto no Art. 34 do Estatuto da Entidade. O Conselho Deliberativo é composto por 10 (dez) membros efetivos com respectivos suplentes, indicados pelos Instituidores ou eleitos pelos Participantes e Assistidos:

Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior (Presidente)

Lúcio Aparecido Sousa e Silva - Suplente

Luiz Carlos da Silva Machado (Vice-Presidente) Roberto Egidio Porcaro – Suplente **Delfino Garcia Neto Florindo Silvestre Poersch** – Suplente

Eduarti Matos Carrijo Fraga Nicanor Oscar Prata de Castro - Suplente

Francisco Anis Faiad Wagner Lima Fernandes – Suplente

Giovanni José Pereira Hermeraldo Andrade – Suplente

Guilherme Vilela de Paula Anfilófio Ferreira Filho – Suplente

Raquel de Oliveira Souza e Santiago João Vicente Montano Scaravelli - Suplente

Ricardo Antônio dos Santos Silva Angelo Raimundo Firpi – Suplente

Roberto de Carvalho Santos Carlos Eduardo Arantes da Silva - Suplente

◆ Diretoria Executiva – composta de 05 (cinco) membros, indicados pelo Conselho Deliberativo, é o órgão de administração da Entidade responsável por executar diretrizes e normas fixadas pelo Conselho Deliberativo, entre outras atribuições, conforme previsto no Estatuto.

Roberto Dias Perecini

(Diretor Presidente)

Alberto Magno de Andrade Pinto Gontijo Mendes (Diretor Vice-Presidente)

Enéas Virgílio Saldanha Bayão

(Diretor de Investimentos e Relações com o Mercado)

Paulo de Carvalho

(Diretor de Seguridade)

Zita Ribeiro da Silva Vilela

(Diretora Administrativa e Financeira)



POSSE DE NOVOS MEMBROS DOS CONSELHOS E DIRETORIA

O mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva do OABPrev iniciado em 18 de agosto de 2008, encerrou-se no dia 18 de agosto de 2011.

No primeiro semestre de 2011 foi amplamente divulgado o processo eleitoral por meio de jornais de grande circulação em todos os estados conveniados, portal eletrônico da Entidade e dos Instituidores. De forma

democrática e transparente, os Participantes e Assistidos elegeram seus novos representantes no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal por meio de votação eletrônica, na área restrita do nosso site.

A cerimônia de posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva do OABPrev foi realizada na manhã do dia 19 de agosto de 2011 na sede da Entidade.



Anfilófio Ferreira Filho – Conselheiro Deliberativo, Sérgio Murilo Diniz Braga – Diretor Secretário da OAB-MG, Zita Ribeiro da Silva Vilela – Diretora Administrativa e Financeira, Roberto Dias Perecini – Diretor Presidente, Raquel de Oliveira Souza e Santiago – Conselheira Deliberativa, Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior – Presidente do Conselho Deliberativo, Giovanni José Pereira – Conselheiro Deliberativo, Delfino Garcia Neto – Conselheiro Deliberativo, Luiz Carlos Silva Machado – Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, Eduarti Matos Carrijo Fraga – Conselheiro Deliberativo, Enéas Virgílio Saldanha Bayão – Diretor de Investimento e Relações com o Mercado.



CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES

A necessidade de se aferir as competências dos profissionais encarregados da gestão dos Fundos de Pensão é notória, a certificação do ICSS - Instituto de Certificação da Seguridade Social representa o reconhecimento dos esforços de qualificação dos profissionais da Seguridade.

Conforme disposto na resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 é obrigatório que os administradores e demais participantes do processo decisório

dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional.

Visando a busca por uma gestão capacitada e qualificada, todos os atuais membros da Diretoria Executiva, os presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e o vice-presidente do Conselho Deliberativo são certificados pelo ICSS. A meta é de que até o primeiro semestre de 2013 50% dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal sejam certificados.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2008

Após auditoria externa realizada no dia 01 de dezembro de 2011, pela certificadora Rina do Brasil, o OABPrev manteve sua certificação pela NBR ISO 9001:2008. A auditoria foi realizada pelo auditor líder Roney Freire de Aguiar, que elogiou o sistema de trabalho da Entidade, descrevendo-o como dinâmico, simplificado e em constante evolução.

Esse resultado atesta o comprometimento do

OABPrev com a qualidade e com a transparência de sua gestão, demonstrando o quanto prioriza e valoriza a busca permanente da melhoria contínua de seus processos.

O certificado de Qualidade ISO 9001:2008 foi conquistado em novembro de 2010 e passou por constante aprimoramento em 2011.



CANAIS E ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

Com o foco no Participante o OABPrev disponibiliza diversos meios de comunicação. Escolha aquele que melhor lhe atende!

Endereco:



Rua Ouro Preto, 67 – 2º andar – Barro Preto Belo Horizonte – MG – CEP.: 30170-041

Telefone/Fax



55 - 31 - 2125-6400 55 - 31 - 2125-6402



E-mail

oabprev@oabprev.com.br



Fale conosco

www.oabprev.com.br

Por meio de nossas redes sociais também é possível o esclarecimento de dúvidas, possibilitando assim, uma comunicação cada vez mais eficaz e em tempo real, além de ficarem sempre atualizados sobre novas matérias publicadas no site, campanhas em vigor, dentre outros assuntos.

Se você está presente em alguma dessas redes sociais, não deixe de interagir conosco!

Facebook



"Oabprev Minas Gerais"
(https://www.facebook.com/#!/oabprev)

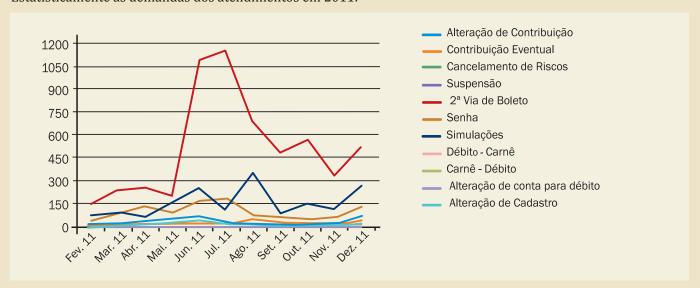
Twitter



"oabprevmg"

(https://twitter.com/#!/oabprevmg)

Estatisticamente as demandas dos atendimentos em 2011:



VOCÊ SADIA? É possível realizar o pagamento da sua contribuição mensal do OABPrev com o débito em conta. Nossa Entidade já possui convênio de débito automático nos bancos Itaú, Santander e Banco do Brasil. Você pode fazer a alteração a qualquer momento através do preenchimento do "Termo de Autorização de Débito em Conta". Para solicitar o formulário, envie um e-mail para relacionamento@oabprev.com.br. Ao utilizar o débito automático, você não se preocupa com o pagamento mensal e ainda ajuda o meio ambiente, diminuindo a emissão de papel.

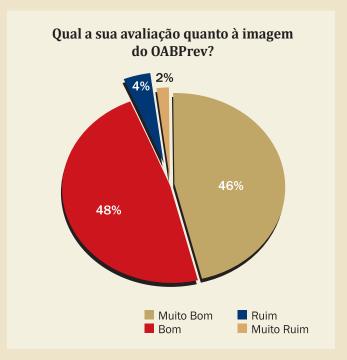


PESQUISA DE SATISFAÇÃO

No período de 14 de novembro de 2011 a 30 de março de 2012, o OABPrev realizou a pesquisa de satisfação de seus Participantes. Os bons resultados alcançados na pesquisa realizada indicam que a Entidade mantém uma boa qualidade nos serviços prestados e no relacionamento com o Participante.

Das respostas válidas, 88% dos entrevistados avaliaram a qualidade do atendimento como muito bom ou bom. E, 94% avaliam a imagem da Entidade como muito boa ou boa, evidenciando a credibilidade da marca OABPrev.







EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), pelo segundo ano consecutivo, o Programa de Educação Financeira e Previdência do OABPrev por meio do Ofício nº 578/2012/CGAC/DIACE/PREVIC de 29 de fevereiro de 2012.

O programa de Educação Financeira Previdenciária tem por objetivo despertar nos Participantes e Assistidos a conscientização sobre a importância do planejamento econômico e financeiro para a aposentadoria e o conhecimento sobre o mercado financeiro. Com programa é esperado atenuar o impacto sobre as decisões tomadas durante o seu período contributivo e de aposentadoria dos participantes e seus efeitos no seu nível de renda futura.

Em 2011 foram desenvolvidas diversas ações para o projeto de Educação Financeira e Previdenciária, como por exemplo a realização de palestras nas sedes das seccionais e subseções das Ordens dos Advogados do Brasil nos estados conveniados.

Encontra-se disponível no portal eletrônico da Entidade (www.oabprev.com.br) o canal de Educação Financeira e a Cartilha "Estratégias para uma Vida Melhor", criada pela Comissão Técnica Regional Leste de Comunicação da ABRAPP da qual o OABPrev é integrante, além de publicações informativas diárias, também publicadas em nossas redes sociais.

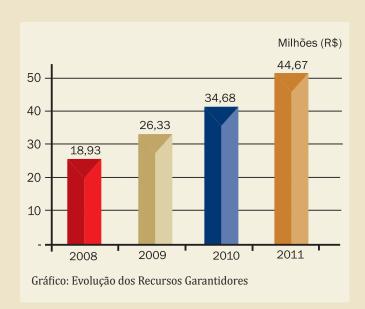


OABPREV EM NÚMEROS

Confira alguns números importantes do OABPrev, posicionados na data Base de 31 de dezembro de 2011.

Investimentos: Evolução das reservas e rentabilidade

O OABPrev encerrou o ano de 2011 com R\$ 44,6 milhões em investimentos. Em 2011, os recursos de investimentos foram ampliados em 28,8%, acumulando 136% de crescimento nos últimos três anos com rentabilidade do último ano de 8,73%. (ver gráficos Evolução dos Recursos Garantidores e Rentabilidade Anual)



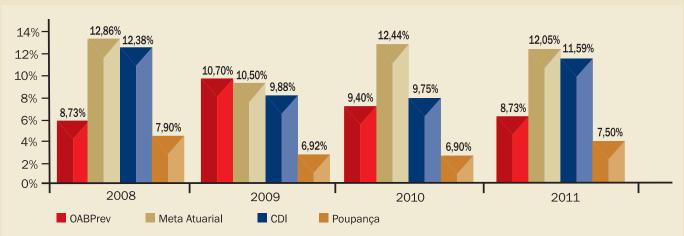


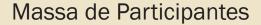
Gráfico: Rentabilidade Anual

A carteira de investimentos do OABPrev, sob a Gestão da BRAM – *Bradesco Asset Management* e da *Credit Suisse* (Brasil) *DTVM S.A*¹, a partir de março de 2011, comparada a Meta Atuarial (INPC + 5,5% em 2011 e 2010 e INPC + 6% em 2009 e 2008), ficou abaixo do índice em 18,3% nos últimos 3 anos.

A partir de janeiro de 2012, o Credit Suisse e a Credit Suisse Hedging-Griffo unificaram suas plataformas de atendimento. Desta forma, o fundo de investimento do OABPrev passou a ser gerido pela Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S/A A BRAM - Bradesco Asset Management é uma das maiores gestoras de recursos do país e possui equipe especializada para todo o segmento de clientes e de mercado, além da solidez e segurança do grupo Bradesco.

A Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management gere um patrimônio superior a R\$ 28.4 bilhões, distribuído em fundos de renda fixa, referenciados, multimercados, ações, long & short, participações e de carteiras administradas. Foi pioneira no lançamento de diversas modalidades de investimento no país. Desenvolveu reconhecida expertise em gestão de multimercados. Conta também com mais de 15 anos de experiência na gestão de renda fixa.





A massa de participantes do OABPrev é composta por uma população predominantemente jovem, o que significa que ainda contribuirão por muito tempo, fazendo com que o patrimônio acumulado continue crescendo cada vez mais.

Os Participantes do OABPrev são, em sua maioria, adultos, ou seja, concentram-se na faixa etária de 25 a 44 anos, como mostra o gráfico a seguir, posicionado em 31/12/2011:



Em relação ao sexo, percebe-se a predominância dos homens, que representam mais da metade do total de participantes. Porém, mesmo que em pequena proporção, o número de participantes do sexo feminino cresce ao longo dos anos. No ano de 2010, por exemplo, elas representavam 36,1% e em 2011 representa 36,66% dos Participantes.



Quanto ao número de participantes ativos, notase o crescimento a cada ano. De 2010 para 2011, por exemplo, houve um crescimento de 11,1%.



Abaixo, distribuição de participantes por estado conveniado em 31/12/2011.

Estado	Nº de participantes	Percentual
AC	57	0,97%
AP	22	0,37%
DF	163	2,77%
ES	267	4,54%
MA	45	0,77%
MT	416	7,08%
MS	319	5,43%
MG	4124	70,16%
PA	308	5,24%
RO	153	2,60%
RR	4	0,07%
Total	5878	100,00%



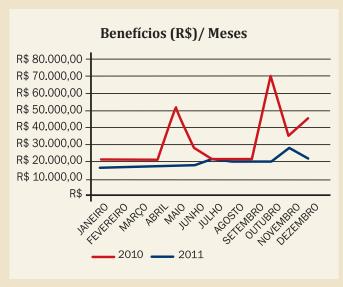


Apesar dos poucos anos de funcionamento, o OABPrev já soma, em dezembro/2011, 26 assistidos, sendo 15 pensionistas e 11 aposentados em recebimento de benefício mensal, o que mostra sua solidez e liquidez.

No ano de 2011, a quantidade média de benefícios pagos ao mês foi de 26,67, sendo que o valor médio foi equivalente a R\$1.179,10.



Abaixo, demonstração gráfica dos valores dos benefícios pagos e quantidade, no ano de 2011.





ALTERAÇÕES DO ESTATUTO E REGULAMENTO DO PBPA

Em 2011 não houve alteração no Estatuto da Entidade e no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA. A partir do dia 23.02.2012

consta em andamento na PREVIC a proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA.

TAXAS DE CARREGAMENTO E ADMINISTRATIVA

Conforme informações constantes no Parecer Atuarial emitido pela consultoria, para o exercício de 2012 o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil definiu o custeio conforme demonstrado abaixo:

Taxa de Carregamento:

0,00% ao ano sobre o valor mensal das contribuições e benefícios.

Taxa de Administração:

- 1,75% a.a. sobre o patrimônio (reserva matemática) para o saldo até 7.000 cotas; e
- 0,75% a.a. sobre o patrimônio (reserva matemática) para o saldo que exceder a 7.000 cotas.

Taxa de resgate

1,5% sobre o valor do saldo de conta resgatado, líquido do IR;

Pró-labore

Oriundo da comercialização de seguros por morte e invalidez total e permanente, conforme contrato estabelecido entre a seguradora e a Entidade;

Multa

Multa de 2% e juros de 1% a.m. sobre o valor das contribuições devidas, conforme previsão regulamentar;

Receita oriunda do retorno dos investimentos

Equivalente ao rateio de 30% das despesas administrativas, a exemplo dos anos anteriores.

Cabe ressaltar que as taxas de administração sofreram pequeno realinhamento em relação as taxas praticadas em 2011.



CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Ao longo de 2011, com a piora da crise internacional, e diante de indicadores de desaceleração na atividade doméstica, a inflação deixou de ser o foco das preocupações do Banco Central. No final de agosto de 2011 o COPOM surpreendeu o mercado reduzindo a taxa Selic e dando início a uma política de redução dos juros.

A Selic encerrou o ano em 11% ao ano e o IPCA em 6,5% (teto da meta de inflação). A continuidade da estratégia de relaxamento adotada pelo Bacen irá depender do comportamento da crise externa, da inflação interna, e do crescimento da economia brasileira ao longo de 2012.

No segundo semestre de 2011, as curvas pré-fixadas bem como das NTN-B's continuaram caindo, proporcionando bons desempenhos de maneira geral no mercado de renda fixa, com destaque para as posições indexadas à inflação.

Por outro lado, a crise internacional continuou trazendo forte volatilidade aos mercados, especialmente no de renda variável. Em 2011, os mercados internacionais apresentaram a maior volatilidade desde o início da crise em 2008 e o Ibovespa registrou um dos seus piores desempenhos nos últimos 20 anos, resultado da alta exposição do índice a ações de setores cíclicos globais (mineração, petróleo) e da aversão ao risco dos investidores estrangeiros. Fechando o ano em 56 mil pontos, no entanto, a bolsa brasileira poderá tornar-se um investimento atrativo em 2012, mas que seguirá dependente da demanda chinesa, especialmente, e dos fluxos de capitais externos.

A situação da União Européia deve continuar a preocupar os investidores ao redor do globo em 2012. No início de janeiro, a agência S&P cortou a nota AAA da França e rebaixou a de outros países da zona do Euro. Dados positivos de geração de emprego e produção industrial nos EUA e o crescimento do PIB da China acima do esperado em 2011, divulgados no início de 2012, geraram certo otimismo entre analistas de mercado. No entanto, o FMI reduziu sua projeção de crescimento do PIB mundial de 4% para 3,3% em 2012.



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2011

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO

Consolidação Contábil	Valor em R%
Total Demonstrativo de Investimentos	44.832.049,95
Total de Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	44.832.050,20
Diferença:	0,25
Demonstrativo de Investimento – Carteira Própria – Total	432.329,05
Depósitos:	432.329,05
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exígivel Contingencial/Investimentos	0,00
Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1ª Nível) – Total	44.399.720,90
08.983.443/0001-51	36.943.330,88
02.143.193/0001-65	18.746,37
11.492.195/0001-94	7.437.643,63

Observações:

- 1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidade, não computados os valors referentesa dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009. art.3º).
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contigencial Investimentos
- 2) O valor das cotas dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábel é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- 3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos adotada pelo Layout do arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pelo ANBIMA Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	283.901,24
Total de Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	283.901,24
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimento - Carteira Própria - Total	8.931,49
Depósitos:	8.931,49
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exígivel Contingencial/Investimentos	0,00
Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1ª Nível) – Total	274.969,75
08.983.443/0001-51	274.969,75

Observações:

- 1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidade, não computados os valors referentesa dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009. art.3º).
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contigencial Investimentos
- 2) O valor das cotas dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábel é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4° do art. 10° da Instrução PREVIC n° 02, de 18/05/2010).
- 3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos adotada pelo Layout do arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pelo ANBIMA Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO PARA 2012

A Política de Investimento estabelece, observada a legislação em vigor, as maneiras sobre as quais os ativos do OABPrev devem ser investido e visa assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade.

Em 16/12/2011 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, a Política de Investimento, para o exercício de 2012.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,5%

Alocação dos Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA*	35%	100%	80%
RENDA VARIÁVEL	0%	30%	20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0%	5%	1%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	10%

^{*} PGA saldo de 100% em Renda Fixa

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado		
Nome	CPF	Cargo
Enéas Virgilio Saldanha Bayão	676.494.676-00	Diretor de Investimentos e Relações com o Mercado

Conforme $\S5^{\circ}$ do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e Artigo 7º da resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009.

Controle de Riscos

Na aplicação dos seus recursos o OABPrev acompanha e monitora permanentemente os riscos.

O OABPrev efetua o cálculo da divergência não planejada entre o resultado dos investimentos e o valor projetado para estes investimentos até a implementação do modelo próprio de monitoramento de risco. Os critérios para avaliação dos riscos estão assim dispostos:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco Legal
- Risco Operacional

Gestão dos Recursos

A Gestão dos recursos do OABPrev é obrigatoriamente terceirizada, conforme prevê o item I do §2º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo em vista a característica de entidade fechada instituída.

O OABPrev possui dois gestores (vide página 12), sendo que cada um deles é responsável por uma carteira de investimento exclusiva. Na gestão dessas carteiras são constantemente observados, o mandato, a política de investimento, a legislação em vigor, bem como:

- I. os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;
- II. o exercício de suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;
- III. o zelo por elevados padrões éticos; e
- IV. adoção de práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

A Política de Investimento do OABPrev, na íntegra, está disponível no site www.oabprev.com.br



GESTÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O OABPREV-MG – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Minas Gerais é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de Sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional de Minas Gerais, instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PBPA).

O OABPREV-MG foi criado em 23/11/2004, passando a atuar como Entidade de Previdência Complementar em agosto de 2006 e tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos, e com as leis aplicáveis. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-MG não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

O plano de benefícios da entidade, conforme enquadramento da PREVIC, é um plano de contribuição definida (CD), registrado sob o nº. 2004003065, com garantia de benefício mínimo, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial, e quando ocorrem alterações significativas nos encargos da entidade com respeito ao referido plano.

O OABPrev-MG possuía em 31 de dezembro de 2011 as seguintes quantidades de assistidos e participantes: 11 aposentados, 15 pensionistas, 4.414 ativos, 1.451 vestings e 13 suspensos, totalizando 5.878 participantes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26.01.09, com as alterações da Resolução nº. 1, de 03.03.11, e Instrução SPC nº 34, de 24.09.09, com as alterações da Resolução CNPC Nº. 8, de 31.10.11, bem como a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22.01.10, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas nas gestões previdenciais, administrativa e de investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. As provisões matemáticas dos benefícios de complementação de aposentadorias e as pensões são avaliadas com base em dados estatísticos, cadastrais e atuariais, atualizados da massa de participantes e assistidos, e representam o custo dos benefícios a serem pagos aos participantes e assistidos.
- **b.** Contribuição para o programa previdencial

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CGPC $n^{\rm o}$ 28, de 26.01.09.





As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base no valor da quota do patrimônio e classificadas de acordo com a categoria de cada fundo.

A classificação dos fundos multimercados se baseia nas estratégias adotadas pelos gestores para atingir os objetivos dos fundos, que devem prevalecer sobre os instrumentos utilizados.

- d. As férias vencidas, férias proporcionais e décimo terceiro salário, inclusive os respectivos encargos, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa -PGA segundo o Regime de Competência.
- e. Ativo permanente O ativo permanente é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo às taxas de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
 Móveis e utensílios 	10%
 Máquinas e equipamentos de uso 	10%
 Computadores e periféricos 	20%
 Bens imóveis de uso próprio 	2%
 Instalações 	10%
 Refrigeradores de Ar 	25%
 Softwares 	20%

Os gastos com desenvolvimento e implantação de softwares são registrados ao custo e amortizados de forma linear pelo prazo de 5 anos.

- f. Receitas Administrativas Atendendo à determinação legal contida na Resolução de nº 28 e 29, de 26 de janeiro de 2009 e 31 de agosto de 2009, respectivamente, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, e da Instrução SPC nº 34/2009, as receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o plano de custeio vigente.
- g. Provisões matemáticas são determinadas por atuários independentes contratados pela Entidade e representam os compromissos líquidos futuros assumidos com relação aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

h. Fundo Administrativo – corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, resultado dos investimentos do próprio fundo administrativo, outras receitas administrativas e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

4. REALIZÁVEL

a) Investimentos

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados – CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia – SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia – CBLC.

Em 31 de dezembro, o OABPrev-MG possuía os seguintes investimentos em garantia das reservas técnicas:

	Exercício findo em		
Descrição	31.12.11	31.12.10	
 Créditos privados e depósitos 	-	9	
 Fundos de Investimentos 	44.674	34.666	
Total – (R\$ mil)	44.674	34.675	

5. ATIVO PERMANENTE

A composição é a seguinte:

	Exercício f	Exercício findo em	
a) Imobilizado	31.12.11	31.12.10	
Móveis e utensíliosMáquinas eequipamentos	36	37	
de uso • Computadores e	12	10	
periféricos	39	33	
Sub-total Depreciação	87	80	
acumulada	(33)	(16)	
Total – (R\$ mil)	54	64	
b) Intangível			
 Softwares 	10	10	
 Amortização 	(4)	(2)	
Total – (R\$ mil)	6	8	



6. EXIGIVEL OPERACIONAL

a) Gestão administrativa

Registra as despesas a pagar relativas ao plano de gestão administrativa (PGA), decorrentes de fornecedores e encargos sobre salários, com vencimentos em janeiro, a provisão de férias e outras exigibilidades. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Contas a Pagar		
 Contribuições e encargos 	8	9
 Provisão de férias 	28	36
 Fornecedores diversos 	-	2
Retenções a recolher		
 Retenções diversas 	2	1
Outras exigibilidades		
 Valores a pagar Plano PBPA 	20	
Total – (R\$ mil)	58	48_

b) Gestão previdencial

Registra os valores de benefícios a pagar aos assistidos do plano e retenções da gestão previdencial.

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Retenções a recolher		
 Benefícios a pagar 	-	2
 IRRF a recolher 	-	11
Obrigações contratadas		
 Devolução Mongeral – PAR 		
cancelado	-	12
Outros		10
Total – (R\$ mil)		35

7. PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das provisões atuariais correspondentes ao somatório das contas individuais dos participantes do plano de benefícios previdenciários.

Os estudos atuariais do plano de previdência são elaborados pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária, que assina a respectiva nota técnica atuarial e é a responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante à massa de participantes, os órgãos públicos fiscalizadores e o próprio OABPrev-MG.

Com base nos estudos mencionados, a empresa contratada determina o valor das provisões matemáticas do plano e emite o seu parecer.

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuariais:

- a) Indexador econômico INPC /IBGE/ Cota patrimonial
- **b)** Taxa anual de juros atuarial 5,50% a.a.;
- c) Tabua de mortalidade geral AT 83 (por sexo); e
- d) Tabua de mortalidade inválidos Experiência IAPC.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

A seguir os saldos das provisões:

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Benefícios concedidos	2.331	2.259
Benefícios a conceder	41.915	32.055
Total – (R\$ mil)	44.246	34.314

a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários já em gozo de benefícios de prestação continuada.

b) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios a



serem concedidos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

8. CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Os custos administrativos da Gestão Previdencial no exercício de 2011 totalizaram R\$1.012 mil e da Gestão de Investimentos R\$390 mil. Foram alocados observando-se as despesas diretas incorridas para cada programa, combinados com o rateio das indiretas, de acordo com a tabela de percentuais por natureza de gasto estabelecida pela Entidade.

As receitas oriundas do Plano Previdencial em 2011 correspondem a: taxa administrativa de R\$520 mil; R\$465 mil do Plano de Gestão de Investimentos; R\$48 mil de recuperação de despesas; e de R\$330 mil de outras receitas de comissão de seguro, totalizando R\$1.364 mil de receitas do Plano de Gestão Administrativa.

9. FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os gastos excedentes relativos à manutenção da estrutura administrativa da entidade. É constituído pelo resultado encontrado na apuração das receitas e despesas da gestão administrativa.

10. ASPECTOS CONTINGENCIAIS

A Entidade está envolvida em demanda judicial (mandato de segurança), que aborda o recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes do exercício de suas atividades. Baseado na opinião dos seus assessores jurídicos, que classificaram a probabilidade de perda como remota, nesta demanda judicial, a Entidade, deliberou não contabilizar uma provisão para contingências; entretanto, vem efetuando depósito judicial mensal das contribuições de acordo com a base de cálculo determinada pela Secretaria da Receita Federal.

11. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Com base nos fatos já citados, o Plano de Benefícios encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial, tendo em vista que está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que a contribuição mensal é conhecida

previamente, através de uma fórmula definida, e o beneficio de aposentadoria programada somente é conhecido no instante da concessão, sendo calculado com base no saldo acumulado das contribuições do Participante e Patrocinador, do retorno dos investimentos destes recursos, possuindo, portanto, parcelas de riscos financeiros e atuariais.

Ressaltamos que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas implicarão variações substanciais nos resultados atuariais.

12. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios administrado pela Entidade foram efetivados, no exercício de 2011, em estrita observância à Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/09, atualizada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25/03/10, e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

DIRETORIA

ROBERTO DIAS PERECINI, Diretor Presidente

ALBERTO MAGNO DE ANDRADE PINTO GONTIJO MENDES, Diretor Vice-Presidente

ZITA RIBEIRO DA SILVA VILELA, Diretor Administrativo e Financeiro

ENÉAS VIRGILIO SALDANHA BAYÃO, Diretor de Investimentos e Relações com o Mercado

PAULO DE CARVALHO, Diretor de Seguridade

CONTADOR RESPONSÁVEL

JORGE MARCOS COSTA RIBEIRO, CRCMA – 002651/0-2 T-DF



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro
DISPONÍVEL	441.260,54	67.134,00
REALIZÁVEL	44.677.310,44	34.675.033,35
Gestão Previdencial	-	-
Gestão Administrativa	2.619,54	-
Investimentos	44.674.690,90	34.675.033,35
Títulos Públicos	-	-
Créditos Privados e Depósitos	_	-
Fundos de Investimento	44.674.690,90	34.666.412,50
Investimentos Imobiliários	_	-
Empréstimos	-	8.620,85
Financiamentos Imobiliários	_	-
PERMANENTE	59.826,35	71.655,97
Imobilizado	53.617,60	63.448,14
Intagível	6.208,75	8.207,83
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	45.178.397,33	34.813.823,32

PASSIVO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro
EXIGÍVEL OPERACIONAL	328.237,12	83.165,54
Gestão Previdencial	270.639,21	34.537,15
Gestão Administrativa	57.597,91	48.628,39
Investimentos	_	_
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		
Gestão Previdencial	-	-
Investimentos	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	44.850.160,21	34.730.657,78
Patrimônio de Cobertura do Plano	44.246.134,75	34.314.189,02
Provisões Matemáticas	44.246.134,75	34.314.189,02
Benefícios Concedidos	2.331.356,89	2.259.330,16
Benefícios a Conceder	41.914.777,86	32.054.858,86
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	_	_
Equilíbrio Técnico	_	_
Resultados Realizados	-	_
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	_
Fundos	604.025,46	416.468,76
Fundos Administrativos	288.749,22	303.616,46
Fundos Previdenciais	315.276,24	112.852,30
TOTAL DO PASSIVO	45.178.397,33	34.813.823,32



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESC	DESCRIÇÃO Exercício 2011 Exercício 2010 Dezembro Dezembro		Variação (%)	
	A) Ativo Líquido - início do exercício	34.427.041,32	26.415.333,97	30,33
	1. Adições	12.255.456,04	11.189.643,93	9,52
(+)	Contribuições	9.405.990,23	8.871.268,43	6,03
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	2.849.465,81	2.318.375,50	22,91
(+)	Reversão de Contingências – Gestão Previdencial	-	-	-
	2. Destinações	(2.121.086,37)	(3.177.936,58)	(33,26)
(-)	Benefícios	(2.076.017,48)	(2.116.866,65)	(1,93)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(44.093,59)	(15.062,49)	192,74
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	_
(-)	Custeio Administrativo	(975,30)	(1.046.007,44)	(99,91)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.134.369,67	8.011.707,35	26,49
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.931.945,73	7.935.295,44	25,16
(+/-)	Fundos Previdenciais	202.423,94	76.411,91	164,91
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		-	
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	44.561.410,99	34.427.041,32	29,44
	C) Fundos não previdenciais	288.749,22	303.616,46	(4,90)
(+)	Fundos Administrativos	288.749,22	303.616,46	(4,90)
(+)	Fundos dos Investimentos			



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

	DESCRIÇÃO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	34.730.657,78	26.499.507,15	31,06
	1. Adições	13.641.749,70	12.059.302,11	13,12
(+)	Contribuições Previdenciais	9.405.014,93	7.825.260,99	20,19
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.849.465,81	2.318.375,50	22,91
(+)	Receitas Administrativas	1.363.477,92	1.857.505,22	(26,60)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	23.791,04	58.160,40	(59,09)
(+)	Reversão de Fundos – Gestão Administrativa	-	-	-
	2. Destinações	(3.522.247,27)	(3.828.151,48)	(7,99)
(-)	Benefícios	(2.076.017,48)	(2.116.866,65)	(1,93)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(44.093,59)	(15.062,49)	192,74
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	_	_	_
(-)	Despesas Administrativas	(1.402.035,07)	(1.696.222,34)	(17,34)
(+)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(101,13)	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.119.502,43	8.231.150,63	22,94
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.931.945,73	7.935.295,44	25,16
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-		_
(+/-)	Fundos Previdenciais	202.423,94	76.411,91	164,91
(+/-)	Fundos Administrativos	(14.867,24)	219.443,28	(106,77)
(+/-)	Fundos Investimentos	_		_
(+/-)	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	44.850.160,21	34.730.657,78	29,14



DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	44.246.134,75	34.314.189,02	28,94
1. Provisões Matemáticas	44.246.134,75	34.314.189,02	28,94
1.1. Benefícios Concedidos	2.331.356,89	2.259.330,16	3,19
Benefício Definido	2.331.356,89	2.259.330,16	3,19
1.2. Benefício a Conceder	41.914.777,86	32.054.858,86	30,76
Benefício Definido	41.914.777,86	32.054.858,86	30,76
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	
(-) Serviço passado	-	-	
(-) Patrocinador(es)	-	_	
(-) Déficit equacionado	-	_	
(-) Patrocinador(es)	-	-	
(-) Participantes	-	-	
(-) Assistidos	-	-	
2. Equilíbrio Técnico	-	-	
2.1. Resultados Realizados	-	_	
(-) Déficit técnico acumulado	-	-	



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro	Variação (%)
1. Ativos	45.120.799,42	34.765.194,93	29,79
Disponível	432.329,05	64.408,21	571,23
Recebível 288.749,22	303.616,46	(4,90)	-
Investimento	44.399.721,15	34.397.170,26	29,08
Títulos Públicos	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos	-	_	_
Fundos de Investimento	44.399.721,15	34.388.549,41	29,11
Investimentos Imobiliários	-	-	-
Empréstimos	-	8.620,85	(100,00)
2. Obrigações	270.639,21	34.537,15	683,62
Operacional	270.639,21	34.537,15	683,62
Contingencial	-	_	-
3. Fundos não Previdenciais	288.749,22	303.616,46	(4,90)
Fundos Administrativos	288.749,22	303.616,46	(4,90)
Fundos Investimentos	-	_	-
4. Resultados a Realizar	-	-	_
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	44.561.410,99	34.427.041,32	29,44
Provisões Matemáticas	44.246.134,75	34.314.189,02	28,94
Superávit/Déficit Técnico	_	_	_
Fundos Previdenciais	315.276,24	112.852,30	179,37



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	Exercício 2011 Dezembro	Exercício 2010 Dezembro	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	303.616,46	84.173,18	260,70
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.387.167,83	1.915.665,62	(27,59
1.1. Receitas	1.387.167,83	1.915.665,62	(27,59
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	520.199,78	1.068.051,56	(51,29
Custeio Administrativo dos Investimentos	464.737,06	499.603,00	(6,98
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	_	
Receitas Diretas	-	7.000,00	
Resultado Positivo dos Investimentos	23.689,91	58.160,40	(59,27
Reversão de Contingências	-	-	
Outras Receitas	378.541,08	282.850,66	33,83
2. Despesas Administrativas	(1.402.035,07)	(1.696.222,34)	(17,3
2.1. Administração Previdencial	(1.011.147,63)	(1.195.648,54)	(15,43
Pessoal e encargos	(291.795,54)	(288.821,05)	1,0
Treinamentos/congressos e seminários	(5.877,71)	(15.311,14)	(61,6
Viagens e estadias	(60.596,04)	(56.781,92)	6,72
Serviços de terceiros	(365.324,20)	(355.866,32)	2,60
Despesas gerais	(224.549,51)	(449.306,88)	(50,02
Depreciações e amortizações	(14.237,00)	(12.043,77)	18,2
Outras Despesas	(48.767,63)	(17.517,46)	178,3
2.2. Administração dos Investimentos	(390.887,44)	(500.573,80)	(21,9
Pessoal e encargos	(125.055,18)	(123.780,38)	1,03
Treinamentos/congressos e seminários	(2.519,01)	(6.561,91)	(61,63
Viagens e estadias	(25.969,72)	(24.335,09)	6,72
Serviços de terceiros	(132.121,17)	(131.719,25)	0,33
Despesas gerais	(96.235,49)	(201.508,07)	(52,24
Depreciações e amortizações	(6.101,62)	(5.161,62)	18,21
Outras Despesas	(2.885,25)	(7.507,48)	(61,57
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(14.867,24)	219.443,28	(106,7
5. Constituição/Reversão do Fundo Adminstrativo (4)	(14.867,24)	219.443,28	(106,7
Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	Administrativo do Exercício Atual (A+5) 288.749,22 303.616,46		(4,90
	1	1	1



PARECERES

No Exercício de 2011 as Demonstrações Contábeis do OABPrev foram auditadas pela Fernando Motta e Associados, empresa com vasta experiência no mercado de Previdência Complementar tendo atuado em seus 40 anos de existência, junto a renomados clientes desse mercado. Com estrutura adequada, conta com profissionais experientes e atualizados, sempre empenhados em manter um relacionamento de efetiva parceria com

seus clientes. Registrados em todos os órgãos e entidades regulamentares das áreas em que atuam, tem cadastro nos mais importantes organismos de fomento, nacionais e internacionais. Os trabalhos foram executados de conformidade com critérios e padrões consagrados universalmente de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Associados do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Minas Gerais – OABPrev-MG Belo Horizonte – MG

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras do FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVO-GADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE MINAS GERAIS – OABPrev-MG, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa (consolidada) e das obrigações atuariais do Plano de Benefícios do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.



Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE MINAS GERAIS - OABPrev-MG, em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

5. Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ora apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório sobre as mesmas, datado de 18 de março de 2011, não conteve modificação.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2012.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes CRCMG – 757

Nilton José Ribeiro *Contador CRCMG – 43.491*

Ivo de Almeida Motta *Contador CRCMG – 38.018*



O parecer Atuarial foi confeccionado pela responsável técnica atuarial pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado, a Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária – que reúne profissionais com vasto conhecimento em avaliação atuarial, financeira e econômica de planos de benefícios de entidades fechadas de

previdência complementar – EFPC e de planos de saúde suplementar, bem como em avaliação de benefícios a empregados, segundo as normas contábeis brasileiras e internacionais afins, e em treinamento para Conselhos Deliberativo e Fiscal das EFPC.

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANCETE DE 31.12.2011

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2011, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2011, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do PBPA, em 31.12.2011, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28/2009 e IN SPC nº 34/2009:

TABELA 1 - PATRIMÔNIO SOCIAL DO PLANO PBPA

	Valore	s em 31.12.2011 (R\$)
2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	44.850.160,21
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	44.246.134,75
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	44.246.134,75
2.3.1.1.01	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.331.356,89
2.3.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2.331.356,89
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	2.331.356,89
2.3.1.1.02	BENEFÍCIOS A CONCEDER	41.914.777,86
2.3.1.1.02.02	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	41.914.777,86
2.3.1.1.02.02.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	0,00
2.3.1.1.02.02.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	41.914.777,86
2.3.1.1.03	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.2	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00
2.3.1.2.01	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.3.1.2.02	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2	FUNDOS	604.025,46
2.3.2.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS	315.276,24
2.3.2.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	288.749,22
2.3.2.3	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

A Avaliação Atuarial de 2011 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado em 09.11.2010, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na database de 30.09.2011. A coerência e consistência dos dados foram apuradas mediante a aplicação de testes julgados necessários.



Nessa avaliação foram utilizadas as seguintes hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais, que atendem à legislação pertinente e são considerados razoáveis tendo em vista às características da massa participante e às expectativas do mercado econômico-financeiro:

1. Hipóteses Econômicas e Financeiras

- 1.1. Indicadores
- a) Indexador Econômico¹: INPC/IBGE / Cota Patrimonial;
- b) Taxa anual de juro atuarial²: 5,5% a.a.;
- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável;
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: não aplicável;
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável;
- 1.2. Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável;
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável.
- 2. Hipóteses Biométricas e Demográficas
 - 2.1. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionitas)
 - a) Mortalidade Geral: AT-83 (por sexo);
 - b) Entrada em Invalidez: não aplicável;
 - c) Mortalidade de Inválidos: AT-83 (por sexo);
 - 2.2. Demográfica (Ativos)
 - a) Rotatividade: não aplicável;
 - b) Geração Futura: não aplicável.

3. Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) Composição familiar³: considera-se a estrutura familiar informada.

¹ Para reajuste do Benefício Mínimo Mensal de Referência (BMMR) e atualização dos saldos das contas, respectivamente.

² Utilizada no cálculo do fator atuarial para determinação da renda mensal de aposentadoria.

³ Utilizada no cálculo do fator atuarial para determinação da renda mensal por prazo indeterminado.



4. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios.

Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado.

A estabilidade do custo no caso da adoção de método de Capitalização Individual dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

5. Custeio dos Benefícios e Administrativo

O custeio dos benefícios assegurados pelo PBPA será atendido por contribuições dos Participantes, bem como pelo rendimento líquido das aplicações desses recursos. As contribuições dos Participantes compreendem:

- a) Contribuição Básica: de caráter mensal, bimestral, semestral e anual obrigatória, terá seu valor livremente escolhido pelo Participante, observado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), em junho de 2009. Tanto a contribuição básica quanto o valor mínimo serão atualizados anualmente no mês de junho pela variação do INPC/IBGE;
- **b) Contribuição Eventual:** facultativa, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante ou pelo seu Empregador, mediante instrumento contratual específico, respeitado o valor mínimo da contribuição básica previsto na alínea anterior;
- c) Contribuição de Risco: obrigatória e mensal, corresponderá a um valor calculado atuarialmente pela seguradora, em função do valor da Parcela Adicional de Risco – PAR e da idade do participante, e será paga ao OABPrev e repassada à sociedade seguradora contratada;
- **d) Contribuição Educacional:** de caráter mensal e obrigatória, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante, mediante opção formal por escrito ao OABPrev, em formulário próprio, observando o valor mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais) em junho de 2009.



Para o exercício de 2012, as taxas de carregamento e administração adotadas, em conformidade com a Resolução CGPC n° 29 de 31.08.2009, foram os seguintes percentuais:

- a) **Taxa de carregamento:** 0,0% (zero por cento);
- b) Participantes com até 7.000 cotas:
 - Taxa de administração: 1,75% a.a.;
- c) Participantes com mais de 7.000 cotas:
 - Taxa de administração:
 - 1,75% a.a. para o saldo até 7.000 cotas; e
 - 0,75% a.a. para o saldo que exceder a 7.000 cotas.
- d) Taxa de resgate de 1,5%(um e meio por cento) sobre o valor do saldo de conta resgatado, líquido do IR;
- e) Pró-labore oriundo da comercialização de seguros por morte e invalidez total e permanente, conforme contrato estabelecido entre a seguradora e a Entidade;
- f) Multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês) sobre o valor das contribuições devidas, conforme previsão regulamentar;
- g) Receita oriunda do retorno dos investimentos, equivalente ao rateio de 30% (trinta por cento) das despesas administrativas, a exemplo dos anos anteriores.

6. Considerações Finais

Quanto à situação econômico-financeira, destaca-se que em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, visto que todos os ganhos ou perdas são repassados para saldo de conta dos participantes, que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Isto posto, conforme observado no Balancete Patrimonial de 31.12.2011, o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA encontra-se em perfeito equilíbrio financeiro-atuarial.

Foi realizada a substituição da tábua de mortalidade de inválidos para a AT-83, segregada por sexo, mesma tábua utilizada para cálculo da aposentadoria programada.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 29 de março de 2011.

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária CIBA n° 070

Paulo Josef Gouvêa da Gama

Responsável Técnico Atuarial MIBA/MTb Nº 978



OAB Amapá

OAB Espírito Santo

OAB Maranhão

OAB Mato Grosso

OAB Mato Grosso do Sul

OAB Minas Gerais

OAB Distrito Federal

OAB Pará

OAB Roraima

OAB Rondônia

OAB CCA Acre

OAB CCA Espírito Santo

OAB CCA Maranhão

OAB CCA Mato Grosso

OAB CCA Mato Grosso do Sul

OAB CCA Minas Gerais

OAB CCA Distrito Federal

OAB CCA Pará

OAB CCA Roraima

SINTAPPI - MG

Ordem dos Músicos - CRMG



Rua Ouro Preto, 67 – 2º andar – Barro Preto Belo Horizonte – MG – CEP.: 30170-041 Tel.: 55-31-2125-6400 – Fax: 55-31-2125-6402 www.oabprev.com.br